



PROJETO DE LEI Nº DE 2020

(Dos Srs. João Daniel PT/SE)

Altera o Art. 22º, da Lei nº
8078/1990, e dá outras
providências.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º O Art. 22 do Código de Defesa do Consumidor
- Lei 8078/90 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 22. Os órgãos públicos, por si ou suas empresas,
concessionárias, permissionárias ou sob qualquer
outra forma de empreendimento, são obrigados a
fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e,
quanto aos essenciais, contínuos.

§ 1º Nos casos de descumprimento, total ou parcial,
das obrigações referidas neste artigo, serão as
pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar
os danos causados, na forma prevista neste código.

§ 2º É vedado o corte, por parte das empresas
concessionárias, no fornecimento de água e de
energia elétrica para consumidores de baixa de renda,
em razão de pandemias manifestadas pela
Organização Mundial da Saúde – OMS (NR).

JUSTIFICAÇÃO

O aparecimento do Corona Vírus – COVID-19 e a
alteração do seu status para pandemia manifestado pela
Organização Mundial de Saúde - OMS trouxe impactos
significativos nos serviços de saúde, assistência social e na



economia mundial sendo necessário alterar a relação do Estado com a população.

A proteção do povo, sobretudo, os mais pobres, precisa ser prioridade absoluta, e garantir a prestação de serviços essenciais é mais que necessária.

O objetivo do projeto ora proposto é assegurar o fornecimento de serviços de energia elétrica e água para população enquanto durar o fenômeno de pandemia, a exemplo de Corona Vírus.

Tendo em vista a situação que as famílias brasileiras, que estão fora do mercado de trabalho ou na informalidade, tenham garantidos o fornecimento desses serviços.

Assim, pedimos o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, em de março de 2020.

João Daniel
Deputado Federal PT/SE